

**PROVA PSICOLOGIA JURÍDICA ESMAL 2021**

1ª) As transgressões aos preceitos do Código de Ética do Psicólogo constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais, considerando a sequência.

A) Advertência; Censura Pública; Multa; Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias ad referendum do Conselho Estadual de Psicologia; Cassação do exercício profissional ad referendum do Conselho Estadual de Psicologia.

B) Advertência; Multa; Censura pública; Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

C) Multa, Advertência, Suspensão do exercício profissional, por 90 (noventa) dias ad referendum do Conselho Estadual de Psicologia; Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Estadual de Psicologia.

D) Censura Pública; Multa; Suspensão do exercício profissional, por até 90 (noventa) dias ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

E) Advertência; Censura pública; Multa, Advertência, Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Estadual de Psicologia.

2ª) O código de ética profissional dos psicólogos estabelece padrões quanto às práticas e atuações referendadas pela respectiva categoria profissional e dedica alguns artigos às relações entre os psicólogos e a justiça. De acordo com tais dispositivos, assinale a opção correta.

A) O psicólogo deve registrar todas as informações relativas ao caso atendido, a fim de qualificar o atendimento prestado e favorecer a troca entre profissionais.

B) Em hipótese alguma o psicólogo poderá optar pela quebra de sigilo, mesmo com decisão fundamentada que busque o menor dano ou prejuízo.

C) Deverá o psicólogo interferir na validade de instrumentos e técnicas psicológicas, adulterando-as, quando não houver riscos ou benefícios para paciente ou familiares.

D) Não há restrição a que o psicólogo seja perito ou atue como avaliador em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado.

E) Em perícias, o psicólogo deve limitar-se a expor as informações de que tiver conhecimento por meio de seu trabalho e, em laudos, deve ater-se a exibir somente informações relevantes para tomadas de decisão.

3ª) Ainda de acordo com o código de ética profissional do psicólogo, assinale a opção correta.

A) A intervenção na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo realizados por outro profissional poderá ocorrer a pedido do profissional responsável pelo serviço.

- B) Quando não houver apresentação de um responsável legal, nos atendimentos a crianças, adolescentes ou interditos, o psicólogo poderá intervir, responsabilizando-se amplamente pelos atendidos.
- C) O psicólogo deve registrar todas as informações relativas ao caso atendido, a fim de qualificar o atendimento prestado e favorecer a troca entre profissionais.
- D) É facultado ao psicólogo, ao promover publicamente seus serviços, por qualquer meio, utilizar-se do preço do serviço como forma de propaganda.
- E) Sempre que achar necessário, o psicólogo poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo realizados por outro profissional, pois o zelo pela pessoa humana constitui princípio fundamental da categoria.

4ª) Os métodos alternativos de resolução de conflitos empregam a negociação como instrumento primeiro e natural para solucionar os conflitos. Ao recorrer ao diálogo, o que se tenta é atender:

- A) Ao pedido do juiz de pacificação do vínculo e de se chegar a uma conciliação;
- B) Às necessidades imediatas de um processo judicial;
- C) Aos quesitos de uma sentença judicial;
- D) Ao reclamo de uma parte em relação à outra.
- E) Todas estão corretas.

5ª) Em relação à mediação de conflitos, marque a alternativa correta:

- A) A não violência proposta pela prática da mediação de conflitos é sempre confundida com a passividade diante do mal e da justiça;
- B) Ao mediador, cabe conduzir o processo, centralizando em sua pessoa todos os canais de comunicação;
- C) A ação do mediador de conflitos não tem compromisso com a responsabilização das pessoas pelos atos de violência cometidos. Assim que encontrar as provas necessárias, o mediador deve encaminhar os culpados à justiça para cumprir sentença judicial;
- D) A resolução de litígios de forma não violenta é um princípio da mediação de conflitos.
- E) Os mediados não devem manejar o próprio conflito, pois os mediadores, que são escolhidos pelo Poder Judiciário local, fornecerão as questões que deverão ser abordadas e os parâmetros jurídicos para tal;

6ª) Assinale a alternativa correta quanto à mediação e conciliação:

- I. O mediador deve ter o cuidado de não se deter na análise das determinações psíquicas do conflito do casal, pois corre o risco de prolongar o atendimento para além do tempo disponível no Judiciário.
- II. A figura do mediador busca a resolução das controvérsias de forma pacífica, evitando o litígio e indo ao encontro de acordos que as partes possam compor entre si.
- III. A mediação pode ser pública, privada ou ambos, desde que necessariamente envolva todos os pontos do divórcio e não se limite somente às questões de guarda da criança e de sua visitação.
- IV. Alguns juristas admitem que, em certas áreas judicativas, o tradicional processo litigioso não é o melhor meio para reivindicação efetiva dos direitos. O movimento de acesso à justiça encontra razões para caminhar em direção a formas alternativas de resolução de conflitos, entre elas, a mediação.

- A) I e IV
- B) I, II e IV
- C) I, III e IV
- D) III e IV
- E) II e III

7ª) Com relação à atuação do psicólogo judiciário em processos de Direito de Família podemos afirmar que a alternativa correta é a seguinte:

- A) é importante estudar e desenvolver testes psicológicos para auxiliar psicólogos a definir que genitor reúne melhores condições para favorecer o desenvolvimento pleno da criança.
- B) não faz sentido o psicólogo aferir com que genitor a criança possui mais vínculos, uma vez que os fenômenos de aliança e alinhamento são inconsistentes, e não deve ser fator preponderante para a definição da guarda.
- C) com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a criança é um sujeito de Direito. Portanto, cabe ao psicólogo judiciário dar voz à criança cujos pais estão disputando sua guarda na Justiça, favorecendo que expresse a sua preferência por um ou outro guardião.
- D) as crianças, cujo guardião é a mãe, formam alianças mais fortes com esse genitor guardião, se comparadas com as crianças cujo guardião é o pai.
- E) o papel precípua do psicólogo judiciário junto às Varas de Família é assessorar o magistrado em sua função judicante. Orientações devem ficar a cargo de um psicólogo clínico, mantendo assim a imparcialidade do perito.

8ª) Psicologia e Direito, apesar de terem um mesmo objeto de interesse, divergem quanto aos métodos de aproximação e compreensão do comportamento humano. Avalie as seguintes afirmativas quanto às diferenças de paradigmas entre estas duas disciplinas.

- I. O Direito necessita trabalhar com o conceito de livre arbítrio, enquanto a Psicologia estuda os determinismos da conduta.
- II. Juristas necessitam trabalhar com graus de certeza sobre a previsibilidade de conduta que a Psicologia não consegue oferecer.
- III. O pluralismo das teorias psicológicas favorece a integração com o Direito, pois possibilita diferentes opções de interpretação da conduta.
- IV. Psicologia e Direito diferem em relação a seus propósitos, cabendo ao Direito a proteção da ordem pública.

Está(ão) correta(s):

- A) todas as afirmações.
- B) apenas as afirmações I, II e III.
- C) apenas as afirmações I, II e IV.
- D) apenas as afirmações I e II.
- E) nenhuma das afirmações.

9ª) Entre as pautas atuais em que se discute o direito de família na sociedade e no ordenamento jurídico, destaca-se o instituto da Guarda Compartilhada, modalidade de guarda prevista na jurisprudência brasileira, fruto de um contexto de mudanças nos valores e nas relações que ocorrem no berço das famílias. A respeito da Guarda Compartilhada assinale a alternativa incorreta:

- A) O processo de guarda compartilhada assegura a criação da criança no seio familiar ainda que seja no modelo monoparental.
- B) O modelo de guarda compartilhada requer a corresponsabilização de ambos os genitores sobre todas as decisões relacionadas à vida dos filhos, de modo que nenhum dos genitores será considerado como tendo papel secundário, de mero provedor de pensão ou limitado a visitas semanais.
- C) A Lei 11.698/2008 tornou a guarda compartilhada como regra geral nos casos de separação conjugal, tornando assim obrigatória a participação dos pais ativamente na criação e no interesse dos filhos.

D) A guarda compartilhada deve ser entendida como o compartilhamento de responsabilidades referentes aos filhos e não o compartilhamento de residência.

E) Ao casal parental é imposta a capacidade de adaptação às constantes mudanças desenvolvimentais dos filhos onde as regras e fronteiras mudam, obrigando a família a modificar-se.

10ª) Sobre a adoção tardia:

I. É considerada tardia a adoção que ocorre após os dois ou três anos de idade da criança.

II. Crianças que foram abandonadas por seus pais demonstram maior capacidade de adaptação a seus pais adotivos. Isso decorre do temor de sofrerem novo abandono, caso não se comportem conforme esperado pelos pais.

III. Na adoção tardia, é importante a criança expressar o seu desejo sobre a adoção. É necessário que adote os pais, e esses precisam entender que o processo de vinculação por parte da criança pode demorar até alguns meses.

Está(ao) correta(s):

A) todas as afirmações.

B) apenas as afirmações I e II.

C) apenas as afirmações II e III.

D) apenas as afirmações I e III.

E) nenhuma das afirmações.

11ª) Com relação às ações de Vara de Família, especificamente as que discutem guarda ou regulamentação de visitas:

I. A mediação tem se mostrado uma técnica eficaz, embora exija a constante atenção do mediador para equilibrar possíveis desequilíbrios de poder, seja emocional, financeiro ou cultural.

II. Na mediação familiar, não compete ao mediador apresentar soluções ou indicar o que a lei preconiza.

III. A mediação familiar deve focar o interesse de todos e ser direcionada para o futuro das relações.

Está(ao) correta(s):

A) todas as afirmações.

B) apenas a afirmação I.

C) apenas as afirmações II e III.

D) apenas as afirmações I e II.

E) nenhuma das afirmações.

12ª) A psicóloga judiciária Patrícia recebeu um processo judicial de Disputa de Guarda entre os genitores de uma menina de seis anos, Paula. A função de Patrícia é subsidiar o magistrado em sua decisão. No terceiro atendimento, realizado com a genitora e a criança em questão, reconheceu que a criança era colega de sala de sua filha, Cristina, também de seis anos. Como não possuía qualquer contato com os pais de Paula, declarou apresentar condições de continuar a avaliação da família. Porém, após os atendimentos com a psicóloga Patrícia, Paula aproximou-se de Cristina na escola e em duas semanas haviam se tornado “melhores amigas”. Por essa razão, Paula visitou Cristina por duas vezes, sempre com a presença de Patrícia na residência. Durante os atendimentos à família, Patrícia observou que a criança necessitava de suporte psicoterápico para enfrentar o clima de animosidade entre seus pais. Estes eram bastante resistentes à proposta, porém admitiram seguir a orientação, caso a profissional fosse uma pessoa da mais restrita confiança de Patrícia. Por essa razão, Patrícia indicou a psicóloga infantil que trabalhava na Clínica de propriedade, já que conhecia a competência e a efetividade de seu trabalho. Após o envio do parecer para subsidiar o magistrado,

Patrícia foi chamada em audiência e inquirida se o genitor fazia uso esporádico de substâncias químicas ilícitas. Para não ferir o sigilo profissional, Patrícia recusou-se a responder essa pergunta, embora soubesse que sim. O genitor de Paula lhe havia confidenciado o hábito, mas garantindo que jamais fazia uso das substâncias quando estava na companhia da filha, embora tenha havido uma vez que a filha chegara em sua residência para passar o fim de semana duas horas antes do previsto e o efeito da droga ainda não havia passado totalmente.

O Código de Ética do Psicólogo em vigor rege que:

I. É vedado ao psicólogo desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando a benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

II. É vedado ao psicólogo ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade dos resultados.

III. Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá prestar informações, considerando o previsto neste Código.

IV. É dever fundamental do psicólogo informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

Dessa forma, a psicóloga Patrícia infringiu quais artigos anteriormente listados do Código de Ética do Psicólogo?

- A) Todos os artigos listados.
- B) Três artigos, incluindo o citado no item I.
- C) Dois artigos, incluindo o citado no III.
- D) Apenas um dos artigos citados.
- E) Três artigos, incluindo o citado no item IV.

13ª) Luiz exerce cargo de psicólogo no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL). Atendendo à determinação de magistrado, iniciou os procedimentos de avaliação psicológica de um processo em andamento na respectiva Vara de Família. Antes de iniciar esses procedimentos, Luiz foi interpelado por Ana, psicóloga que atua como assistente de uma das partes de processo. Ana solicitou a Luiz que este a permitisse acompanhar, pessoal e presencialmente, os atendimentos a serem realizados com a parte que a contratou. Nessa situação hipotética, e em consonância com a Resolução CFP Nº 008/2010, como Luiz deve proceder?

- A) Permitir o acesso de Ana à sala de atendimento durante os procedimentos, em obediência aos princípios da transparência e da ampla defesa.
- B) A decisão de Luiz depende se este é servidor efetivo ou comissionado, devendo observar o que preceitua o regimento interno e demais normativos do TJ/AL.
- C) Deve questionar se a pessoa a ser atendida se sente à vontade, cabendo a ela tal decisão.
- D) Deve negar todo e qualquer acesso, a qualquer tempo, a tudo que diga respeito à avaliação psicológica determinada, em obediência ao sigilo profissional e ao segredo de justiça.
- E) Deve negar o acesso à sala de atendimento, no momento de realização dos procedimentos necessários, mas disponibilizar o material resultante da avaliação psicológica para posterior apreciação desse profissional.

14ª) Ao final de um processo de perícia psicológica, o magistrado competente interpelou o profissional subscritor do laudo psicológico. O magistrado questionava-o acerca da ausência de sugestão acerca de qual tipo de guarda deveria definir para o caso atendido pelo psicólogo. De acordo com a Resolução CFP Nº 008/2010, o psicólogo deve:

- A) Consultar o Conselho Tutelar acerca da questão pretendida pelo juiz.
- B) Realizar novo procedimento de avaliação psicológica, a fim de deliberar melhor acerca do questionamento do magistrado.
- C) Buscar um consenso entre as partes em disputa e, posteriormente, comunicar o magistrado acerca da decisão discutida tomada em conjunto.
- D) Esclarecer ao magistrado que a decisão pretendida é competência exclusiva do juiz, cabendo ao profissional apresentar indicativos pertinentes à sua investigação e que possam subsidiar a decisão daquele.
- E) Declarar a obrigatoriedade da guarda compartilhada, posto ser essa a determinação dos órgãos superiores em casos de definição de guarda.

15ª) Define-se como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas. O enunciado traz a definição mais aceita, na literatura psicológica, de:

- A) Perícia psicológica
- B) Psicodiagnóstico
- C) Avaliação psicológica
- D) Avaliação funcional
- E) Testagem psicológica

16ª) Devidamente inscrito no devido Conselho Regional de Psicologia, um psicólogo procedeu à aplicação de um teste psicológico que não consta na lista de testes psicológicos com parecer favorável no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Acerca de tal utilização, assinale a alternativa correta, de acordo com a Resolução CFP N° 09/2018:

- A) É proibida toda e qualquer utilização de teste psicológico que não tenha o parecer favorável no SATEPSI.
- B) Tal utilização é permitida, desde que para fins de pesquisa e de ensino, em conformidade com a legislação vigente.
- C) Sugere-se que o psicólogo não utilize testes psicológicos, dada a impossibilidade de se cristalizar aspectos da natureza humana que são essencialmente mutáveis.
- D) É permitida, uma vez que o psicólogo dispõe de liberdade profissional para escolher, dentre as alternativas existentes, os melhores meios para alcançar seus objetivos.
- E) Uma vez permitida pelo magistrado competente, a utilização desse tipo de teste psicológico se faz possível, devido à soberania da decisão do juiz.

17ª) Considere as seguintes afirmativas acerca dos documentos psicológicos:

- I. Declaração consiste em um documento escrito que tem por finalidade registrar, de forma objetiva e sucinta, informações sobre a prestação de serviço psicológico realizado ou em realização.
- II. Atestado psicológico é um pronunciamento por escrito, que tem como finalidade apresentar uma análise técnica, respondendo a uma questão-problema do campo psicológico ou a documentos psicológicos questionados.
- III. O relatório psicológico, sinônimo de laudo psicológico, consiste em um documento que, por meio de uma exposição escrita, descritiva e circunstanciada, considera os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida, podendo também ter caráter informativo. Visa a comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento.
- IV. Laudo psicológico é o resultado de um processo de avaliação psicológica, com finalidade de subsidiar decisões relacionadas ao contexto em que surgiu a demanda. Apresenta informações

técnicas e científicas dos fenômenos psicológicos, considerando os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida.

V. Parecer psicológico consiste em um documento que certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, com a finalidade de afirmar as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita.

Estão corretas, de acordo com a Resolução CFP Nº 06/2019, as afirmativas:

- A) I, II e III
- B) II e V
- C) I, III e IV
- D) I e IV
- E) II, III e V

18ª) Quais documentos psicológicos, segundo a Resolução CFP Nº 06/2019, são, necessariamente, decorrentes do processo de avaliação psicológica?

- A) Declaração e parecer
- B) Atestado e laudo
- C) Declaração e relatório
- D) Relatório e laudo
- E) Atestado e parecer

19ª) Dada a necessidade de realização de uma perícia psicológica, o magistrado competente de uma vara de justiça designou um psicólogo para tal fim. Como consequência, acabou por indicar também os testes a serem aplicados e os caracteres de personalidade que deveriam ser investigados pelo profissional designado como perito. Acerca da situação hipotética, assinale a alternativa que se apresenta em conformidade com os dispositivos legais e normativos do CFP:

- A) O psicólogo perito é obrigado a acolher, em sua totalidade, a determinação dada, obedecendo a todas as indicações expostas pelo magistrado.
- B) O psicólogo perito é obrigado a aplicar os testes indicados, mas tem autonomia para investigar os caracteres psicológicos que julgar importantes, não se limitando aos indicados pelo magistrado.
- C) O psicólogo perito é obrigado a investigar os caracteres indicados, desde que não representem prejuízo ao avaliando ou ao trabalho de avaliação psicológica, mas tem autonomia para escolher os instrumentos e as técnicas psicológicos que julgar pertinentes.
- D) O psicólogo perito não é obrigado nem a aplicar os testes sugeridos nem a investigar os caracteres psicológicos indicados, pois o Código de Ética que rege a atuação do psicólogo lhe dá autonomia para tal.
- E) O psicólogo perito deve denunciar ao seu respectivo Conselho Regional de Psicologia o exercício ilegal da profissão cometido pelo magistrado em questão.

20ª) A lei nº 12.318/2010 exemplifica, em seu artigo 2º, algumas formas de alienação parental que podem ser praticadas por um dos genitores ou por ambos, com auxílio ou não de terceiros. Dentre as afirmativas que se seguem, assinale a que NÃO consta no rol exemplificativo da mencionada lei:

- A) Deixar o genitor de cumprir com as obrigações de pagamento de pensão alimentícia.
- B) Dificultar o exercício da autoridade parental.
- C) Dificultar contato de criança ou adolescente com genitor.
- D) Dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar.
- E) mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

21ª) De acordo com a lei nº 12.318/2010, que dispõe sobre alienação parental, cabe ao magistrado determinar perícia psicológica nos casos em que há indícios de prática de alienação parental. Realizada a perícia determinada em juízo, o que deve fazer o perito psicólogo caso confirme os indícios de prática de alienação parental?

- A) Sugerir a mudança de guarda em favor do genitor alienado.
- B) Declarar a suspensão da autoridade parental, devido à flagrante inabilidade do genitor alienador para exercer a parentalidade conjunta.
- C) Comunicar ao magistrado, através do laudo psicológico, as conclusões decorrentes das análises realizadas durante a perícia, sugerindo encaminhamentos e intervenções que julgar necessários do ponto de vista psicológico.
- D) Comunicar aos genitores, através de parecer psicológico, as conclusões decorrentes das análises realizadas durante a perícia, empregando métodos visando a conciliação entre os genitores em disputa.
- E) O psicólogo é impedido de comunicar tais achados, em obediência ao direito ao sigilo das informações pessoais das partes do processo.

22ª) Considere os itens que se seguem:

- I. Insegurança da criança em relação à convivência com um dos genitores.
- II. Medo e ansiedade ao saber de encontros com um dos genitores
- III. Condutas de desqualificação de um dos genitores
- IV. Inconformidade em relação ao divórcio
- V. Uso e manipulação do filho, com objetivo de se vingar do ex-cônjuge

Dentre os itens descritos acima, quais configuram indicadores de ocorrência de alienação parental, de acordo com as pesquisas realizadas sobre essa temática?

- A) Apenas I, II e III.
- B) Apenas II, III e IV.
- C) Apenas III e V.
- D) Apenas I, II, III e V.
- E) Todos os itens estão corretos.

23ª) São instrumentos psicológicos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o contexto forense brasileiro os seguintes testes/técnicas:

- A) Sistema de Avaliação do Relacionamento Parental (SARP) e Escala Hare de Psicopatia (EH/PCL-R)
- B) House – Tree – Person (HTP) e Palográfico de Personalidade
- C) Pirâmides Coloridas de Pfister e Teste de Apercepção Temática (TAT)
- D) Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço (STAXI-2) e Bateria Fatorial de Personalidade (BFP)
- E) Escala de Stress Infantil (ESI) e Inventário de Frases no Diagnóstico de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (IFVD)

24ª) Acerca da classificação dos testes psicológicos, assinale (V) para as assertivas verdadeira e (F) para as falsas:

- ( ) Testes psicométricos ou objetivos são considerados mais precisos e fidedignos porque conferem uma medida objetiva ao caractere psicológico avaliado.

- ( ) Técnicas projetivas são assim denominadas porque expõem, em termos psicanalíticos, os mecanismos de projeção adotados pelo avaliando, sendo tal classificação um consenso entre os teóricos da área.
- ( ) Testes psicológicos projetivos representam, pela ambiguidade dos estímulos, maior liberdade quanto às respostas fornecidas, o que não impede a sua utilização no contexto forense e jurídico.
- ( ) As normas de aplicação e de correção dos testes psicológicos não variam de acordo com o contexto em que são empregados.

Assinale a alternativa que aponta a sequência correta:

- A) V-F-F-V  
B) F-F-V-V  
C) F-V-F-V  
D) V-V-F-F  
E) F-F-V-F

25ª) A entrevista psicológica é uma das principais ferramentas de que dispõe o psicólogo para proceder a uma avaliação psicológica. Dentre as diversas formas de classificação das entrevistas psicológicas, tem-se aquela que leva em consideração a sua forma, de modo a classificá-las como entrevistas livres ou abertas, semi-estruturadas e estruturadas. Considerando tal classificação, assinale a alternativa correta:

- A) Entrevistas semi-estruturadas e entrevistas abertas não têm serventia no contexto forense, uma vez que abrem margem a subjetivismos, e, numa perícia psicológica, o que se busca é a verdade dos fatos.
- B) As entrevistas de livre estruturação apresentam características próprias da clínica psicanalítica, uma vez que norteada, essencialmente, pela técnica da associação livre.
- C) As entrevistas semi-estruturadas são assim denominadas porque o entrevistador tem clareza de seus objetivos, de que tipo de informação é necessária para atingi-los, de como essa informação deve ser obtida (perguntas sugeridas ou padronizadas), quando ou em que sequência, em que condições deve ser investigada (relevância) e como deve ser considerada (utilização de critérios de avaliação).
- D) As entrevistas estruturadas privilegiam a subjetividade, uma vez que as perguntas, quase sempre, delimitam as respostas a aspectos específicos a serem investigados.
- E) Ao psicólogo perito é permitido realizar entrevistas de livre estruturação, desde que acompanhado, no momento de sua realização, de um psicólogo assistente técnico.

26) Considere os seguintes tipos de entrevista psicológica e estabeleça a devida correlação numérica:

- (1) Entrevista de triagem  
(2) Entrevista de anamnese  
(3) Entrevista diagnóstica  
(4) Entrevista sistêmica  
(5) Entrevista devolutiva

- ( ) Tem como foco a avaliação estrutural de um sistema mais amplo, buscando investigar aspectos relevantes de uma rede interrelacionada.
- ( ) Compreende a análise e o exame acurado de uma condição psicológica, com o objetivo de compreendê-la, explicá-la e, se possível, modificá-la. Podem priorizar aspectos sindrômicos ou psicodinâmicos.
- ( ) Objetiva, primordialmente, um levantamento detalhado da história de desenvolvimento da pessoa, desde a sua infância até a idade adulta (se for o caso).

- () Objetiva comunicar ao sujeito os resultados decorrentes do trabalho avaliativo, permitindo a esse sujeito expressar seus pensamentos e sentimentos em relação às conclusões e recomendações do psicólogo.
- () Tem por objetivo principal avaliar a demanda do sujeito e fazer o encaminhamento que se fizer necessário.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta:

- A) 5 - 3 - 2 - 4 - 1
- B) 4- 5 - 1 - 2 - 3
- C) 4 - 2 - 1 - 5 - 3
- D) 2 - 3 - 5 - 1 - 4
- E) 4 - 3 - 2 - 5 - 1

27ª) Considerando a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, responda as questões a seguir:

1. A referida Lei estabelece como formas de violência contra a mulher: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral. Assinale a alternativa que contém exemplos incorretos desses tipos de violência.

- A) Violência psicológica: humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz.
- B) Violência patrimonial: retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, documentos pessoais, bens, valores.
- C) Violência sexual: forçar o matrimônio, a gravidez, o aborto ou a prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação.
- D) Violência moral: injúria, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização.
- E) todas as alternativas.

28ª) Marque a alternativa correta:

- A) Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, mas não estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência.
- B) Violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher, desde que deixe marcas ou hematomas.
- C) A violência doméstica e familiar contra a mulher não se constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
- D) Impedir o uso de qualquer método contraceptivo é considerada uma forma de violência pela Lei, exceto se realizado por marido, companheiro ou parceiro fixo.
- E) Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

29ª). Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

- I. no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com vínculo familiar.
- II. no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.
- III. em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
- IV. Independente se a motivação da violência seja baseada no gênero.
- V. Independente da orientação sexual da vítima.

Acerca da definição e caracterização de violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecida pela Lei Maria da Penha, informe a sequência correta:

- A) F, V, V, F, V
- B) F, F, V, V, V
- C) V, V, F, F, V
- D) V, F, F, V, F
- E) V, V, V, F, V

30ª) Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, responda as questões a seguir:

1. Assinale a sequência correta, no que se refere à seção Da autorização para viajar:

- I. Nenhuma criança ou adolescente menor de 14 (catorze) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
  - II. A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por três anos.
  - III. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; ou viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.
  - IV. Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.
- A) V, V, V, V
  - B) V, V, F, F
  - C) V, F, V, F
  - D) F, F, F, F
  - E) F, F, V, V

31) . Marque a letra que contem a informação incorreta.

Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Para efeitos da Lei nº 8.069/1990,

- A) Serão considerados penalmente inimputáveis os menores de 21 anos.
- B) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- C) Deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.
- D) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
- E) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

32). Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas previstas no artigo 112 do ECA. Considerando as medidas a que se referem o mencionado artigo, enumere a coluna 2 a partir da coluna 1, em seguida assinale a sequência correta:

COLUNA 1

- ( 1 ) Advertência
- ( 2 ) Internação
- ( 3 ) Prestação de serviços à comunidade
- ( 4 ) Colocação em Família substituta
- ( 5 ) Obrigação de reparar o dano
- ( 6 ) Liberdade Assistida
- ( 7 ) Regime de semi-liberdade

COLUNA 2

- ( ) As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.
  - ( ) Em nenhuma hipótese será aplicada, havendo outra medida adequada.
  - ( ) Não se refere à medida sócio-educativa.
  - ( ) Será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
  - ( ) Pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- A) 5, 2, 4, 6, 7
  - B) 2, 4, 1, 6, 3
  - C) 3, 6, 4, 2, 7
  - D) 5, 6, 1, 4, 3
  - E) 3, 2, 4, 6, 7

33ª). É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. No tocante aos pais ou responsáveis, é errado afirmar:

- A) A destituição da tutela constitui-se medida de sanção passível de aplicação.
- B) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- C) A perda da guarda não se constitui medida de sanção passível de aplicação.
- D) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil.
- E) As medidas destinadas aos pais ou responsável devem ser aplicadas em conjunto com as medidas de proteção do art. 101, do ECA, tendo sempre a perspectiva de fortalecer vínculos familiares. Todas as sanções somente devem ser aplicadas em situações extremas, quando mesmo após o indispensável trabalho de “resgate” sociofamiliar.

34ª). A Justiça Restaurativa refere-se a:

- A) atividade técnica de solução de controvérsias autocompositivo, exercida por um terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.
- B) um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado.
- C) método de resolução de conflitos, onde um terceiro, neutro e imparcial, facilita a comunicação entre pessoas que mantêm uma relação pontual na busca de seus interesses e na identificação de suas questões, através de sua orientação pessoal e direta, buscando um acordo satisfatório para ambas.
- D) método de resolução de conflitos, no qual as partes litigantes definem uma pessoa ou entidade privada para solucionar a controvérsia apresentada.
- E) nenhuma das alternativas.

35ª). Zimerman e Osório, na obra *Como Trabalhamos com Grupos* (1997), pontuam algumas condições básicas que caracterizam um grupo propriamente dito. Nesse sentido, todas as alternativas estão corretas, exceto:

- A) nos grupos não necessariamente vai existir hierárquica distribuição de posições e de papéis, de distintas modalidades.
- B) o grupo é uma unidade que se comporta como uma totalidade, e vice-versa, de modo que, tão importante quanto o fato de ele se organizar a serviço de seus membros, é também a recíproca disso.

- C) apesar de um grupo se constituir como uma nova entidade, com uma identidade grupal própria e genuína, é também indispensável que fiquem claramente preservadas, separadamente, as identidades específicas de cada um dos indivíduos componentes do grupo.
- D) em todo grupo coexistem duas forças contraditórias permanentemente atuantes: uma tendente à coesão do grupo, e a outra, à sua desintegração.
- E) é inevitável a formação de um campo grupal dinâmico, em que gravitam fantasias, ansiedades, mecanismos defensivos, funções, fenômenos resistenciais e tranferenciais, etc., além de alguns outros fenômenos que são próprios e específicos dos grupos.

36ª). De acordo com Zimerman e Osório, em Como Trabalhamos com Grupos (1997), são exemplos de atributos desejáveis para um coordenador de grupos:

- A) gostar e acreditar em grupos, coerência, respeito
- B) capacidade de integração e síntese, amor às verdades, senso de ética
- C) continente, função de ego auxiliar, capacidade negativa
- D) empatia, paciência, comunicação
- E) todas as alternativas estão corretas

37ª). A violência doméstica contra a mulher é multifacetada e possui diversas especificidades. A pesquisadora e psicóloga Lenore Walker, através de seus estudos, observou que o fenômeno da violência doméstica possui fases com duração variada e manifestações diferentes e descreveu o ciclo da violência. Correlacione as colunas e marque a alternativa correta.

#### COLUNA 1

- I. Fase da Tensão
- II. Fase da Explosão
- III. Fase da Lua de Mel

#### COLUNA 2

- ( ) É comum violência verbal perpetradas pelo agressor, assim como oscilação brusca de humor e irritação por motivos insignificantes.
- ( ) Falta de controle absoluto.
- ( ) Escalada gradual de tensão.
- ( ) Uso de estratégias de manipulação afetiva pelo agressor com propósito de manutenção da relação.
- ( ) Pedidos de perdão e promessas de mudança.

- A) II, I, III, II, I
- B) I, II, I, III, III
- C) I, I, II, II, III
- D) II, II, III, I, III
- E) III, I, II, III, II

38ª). Sobre a violência doméstica contra a mulher, assinale a alternativa incorreta.

- A) Não existe um perfil de quem sofre violência doméstica. Qualquer mulher, em algum período de sua vida, pode ser vítima desse tipo de violência.
- B) Trata-se de um fenômeno social e público decorrente da desigualdade de gênero construída historicamente, que se baseia na relação assimétrica entre homens e mulheres, estas encontram-se no polo subjugado.
- C) Dependência financeira, dependência emocional, medo, sentimento de culpa e sensação de vergonha são exemplos de aspectos que dificultam a ruptura do relacionamento abusivo pela mulher.
- D) A punição dos agressores é considerada a principal ação no combate a essa forma de violência.
- E) Dispositivos como a Lei Maria da Penha, não se destinam a privilegiar as mulheres em detrimento dos homens, diferente disso tem como propósito atuação imprescindível para equilibrar as relações, bem como proteger mulheres em situação de risco e violência, visando uma igualdade real, e não apenas teórica.

39ª). Os profissionais da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, possuem responsabilidade pelo enfrentamento desse fenômeno como um problema social e não restrito à vida privada. A forma como se acolhe e se atende a mulher vítima de violência influencia no processo de ruptura da mesma. Nesse sentido, o manual de Orientações Práticas para Profissionais e Voluntários (Brasil, 2005), recomenda que ao profissional, no atendimento da mulher vítima de violência doméstica, exceto:

- A) compreender e respeitar as limitações da vítima
- B) estabelecer uma relação de confiança com a vítima
- C) assegurar soluções e resultados à mulher em atendimento
- D) entender a vivência da mulher de forma singular
- E) identificar e trabalhar suas próprias ansiedades

40ª) A atuação em Psicologia Jurídica tem sido explorada em campos em que os litígios deixaram de ser assunto exclusivo dos foros e tribunais, sendo necessária a ampliação do entendimento sobre o ser humano e sua vivência em sociedade. A respeito da inserção da/o psicóloga/a no contexto jurídico assinale a alternativa incorreta:

- A) O Conselho Federal de Psicologia revoga a perícia psicológica como um recurso para instruir os litígios processuais presentes nas Varas de Família e Infância e Juventude.
- B) As partes envolvidas num processo podem solicitar a perícia como forma de elucidar a situação questionada, mas somente o juiz, no contexto do Poder Judiciário, pode determinar a realização deste trabalho.
- C) No âmbito jurídico, a perícia é caracterizada como um meio de prova, baseado em exames, vistorias e outros procedimentos de investigação.

D) Os laudos psicológicos não devem sugerir sentenças ou medidas judiciais.

E) O laudo psicológico pode ser entendido sob dois aspectos, na materialização do trabalho pericial que o perito desenvolveu, e pela própria prova pericial, servindo para suprir qualquer deficiência sobre conhecimentos técnicos ou científicos dos magistrados.

**GABARITO**

|      |      |
|------|------|
| 1 B  | 21 C |
| 2 E  | 22 E |
| 3 A  | 23 A |
| 4 D  | 24 B |
| 5 D  | 25 C |
| 6 B  | 26 E |
| 7 B  | 27 D |
| 8 C  | 28 E |
| 9 A  | 29 A |
| 10 D | 30 E |
| 11 A | 31 A |
| 12 D | 32 E |
| 13 E | 33 C |
| 14 D | 34 B |
| 15 C | 35 A |
| 16 B | 36 E |
| 17 D | 37 B |
| 18 B | 38 D |
| 19 C | 39 C |
| 20 A | 40 A |